

contrato, licitação, salário de funcionários, e assim por diante. O Tribunal de Contas da União identificou que essa recomendação também não foi cumprida por boa parte das entidades.

Outra conclusão: as entidades do Sistema S possuem uma quantidade considerável de bens imóveis que não são utilizados na atividade-fim, e foram identificados 23 bilhões de reais em imóveis, por essas entidades, em desvio de finalidade, num relatório também bastante completo.

Quinto ponto: as entidades do Sistema S possuem um valor elevado de recursos mantidos em investimentos financeiros e não utilizados na atividade-fim. Foram identificados quase 20 bilhões de reais aplicados no mercado financeiro fora da finalidade, que é promover, a capacitação de empreendedores, promover a capacitação ou a formação de mão de obra, e assim por diante.

Outro ponto encontrado pelo Tribunal: fortes indícios de que a remuneração paga pelas entidades do Sistema S está acima das pagas pelo mercado. Foi feita uma auditoria em mais de 100 mil funcionários, e o tribunal revela que 60% desses funcionários recebem remuneração acima da média paga pelo mercado.

Outro ponto: as demonstrações contábeis de algumas entidades não são devidamente certificadas por auditoria interna e externa.

Estamos em 2019, pessoal. Ter um balanço que não é auditado por uma entidade independente ou mesmo por conselho fiscal ou uma auditoria interna é um verdadeiro absurdo, também apontado pelo Tribunal de Contas da União. As entidades não estão registrando adequadamente suas disponibilidades financeiras, este é outro ponto aqui encontrado. As análises das receitas das entidades do Sistema S indicam que os recursos arrecadados apresentam problemas de contabilização nos registros ou no detalhamento das modalidades.

Para concluir, Sr. Presidente, grande parte dos recursos públicos recebidos pelo Sistema S é recolhida diretamente das empresas, sem intervenção da Receita Federal do Brasil, também outra grave distorção. A principal fonte de recursos do Sistema S é a contribuição sobre folha de salário, contribuição obrigatória e, portanto, deveria ser recolhida pela Receita Federal, até como controle, mas boa parte das entidades faz o recolhimento direto, sem intervenção da Receita Federal.

As unidades não mantêm registro de suas transferências, tanto para federações e confederações quanto para outras entidades e com finalidades diversas. E por aí vai, o relatório é bastante extenso. Por que eu estou mencionando isso aqui? Muitos aqui sabem que eu dirigi o Sebrae São Paulo por 8 anos. Mesmo sem ter tido acesso a este trabalho, porque foi concluído no último mês de dezembro, a gente implementou aqui um forte choque de gestão, Coronel Telhada.

A primeira coisa que fizemos - e é um ponto destacado pelo relatório do Tribunal de Contas da União - foi o fim dos repasses financeiros a entidades, muitas delas pertencentes ao Conselho. Não faz sentido uma entidade como o Sebrae que faz gestão de recurso público fazer uma transferência por meio de convênio, deputada Leci Brandão, para uma entidade membro do seu Conselho. Parece ação entre amigos.

Vejam só um caso absurdo que eu enfrentei quando dirigi o Sebrae São Paulo. Havia um convênio do Sebrae São Paulo assinado com outra entidade do Conselho, com repasse de recursos financeiros. Quem fazia a gestão desse recurso por parte da entidade parceira era a filha de um conselheiro do Sebrae. Só que não para por aí. Quem fazia a fiscalização em nome do Sebrae era outra filha do mesmo conselheiro. Vejam o absurdo.

Então, houve o fim desses repasses a entidades membros do Conselho e uma política forte de gestão de pessoas, revisando cargos e salários, adequando os salários e as funções aos valores de mercado, isso também foi feito em São Paulo. Houve o fim de patrocínios a feiras, festas e tudo mais, um grande ralo de dinheiro. Ao final dessas oito anos de trabalho à frente do Sebrae São Paulo, deputada Leci, a disponibilidade financeira da entidade cresceu de 100 milhões de reais para os atuais um bilhão de reais.

Eu tenho acompanhado pela imprensa o esforço - já concluído, Sr. Presidente - do ministro Paulo Guedes de fazer um grande ajuste fiscal no País e uma grande reforma do estado, dizendo que vai utilizar, inclusive, recursos do próprio Sistema S. Para usar a expressão que ele mesmo citou, "vou meter a faca no Sistema S". Ele disse que vai cortar 30, 40, até 50% dos recursos dessas entidades.

Concluo para dizer o seguinte: é verdade sim, Sr. Ministro, que o Sistema S não é nem uma ilha, é um arquipélago - porque são muitas entidades - de abundância de recursos num mar cuja regra é a escassez. Isso é verdade, mas também é verdade que, regra geral, essas entidades também prestam um bom serviço na sua missão, nas áreas em que atuam.

Portanto, o que é que preciso fazer neste momento? Equilíbrio. É preciso que o ministro estabeleça uma nova regra de relacionamento com o Sistema S, quem sabe por meio até, inclusive, de alteração da lei que criou o Sistema S, instituindo contrato de gestão. São recursos públicos, com prestação de contas, portanto, não só do ponto de vista da lisura do emprego desses recursos, mas também na avaliação da efetiva qualidade desses serviços. Para isso, um bom contrato de gestão pode ser um caminho para se encontrar uma solução.

Também é preciso seguir os pontos citados aqui pelo Tribunal de Contas da União, ponto a ponto. Tenho certeza de que, se for feito um verdadeiro pente fino nessas entidades, como foi feito aqui em São Paulo, nós vamos aumentar demais a possibilidade de o Sistema S contribuir mais do que contribui para o desenvolvimento do Brasil e também, principalmente, para que essas entidades recuperem a sua verdadeira função, que é a sua função social, escrita no seu nome, porque todas são serviços sociais e devem, como tal, assumir a sua responsabilidade com a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe por avançar no tempo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado Bruno Caetano. Parabéns pelas palavras.

- Assume a Presidência o Sr. Bruno Caetano.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV Alesp, hoje foi um dia muito especial, de felicidade e de encantamento, porque quando a gente consegue usar este plenário aqui para falar de coisas positivas e homenagear pessoas que não são conhecidas, mas que têm um trabalho social, um trabalho de responsabilidade, mulheres que têm esse trabalho, é muito bom, é muito saudável.

Hoje nós realizamos aqui a 7ª edição da Medalha Theodosina Ribeiro. É uma premiação feita a mulheres que fazem coisas importantes, fortalecimento para as pessoas, mulheres de muita diversidade. Eu fiz questão de vir a esta tribuna muito mais para citar as nossas homenageadas. Esse prêmio acontece desde 2012, mas ele foi oficialmente aprovado pela Casa a partir de 2015.

Instituto Preta Pretinha, são empresárias; Maria Helena, liderança comunitária; Sheila Ventura, coordenadora da Aprove; Marisa de Sá, professora; Ryane Leão, escritora e professora; Djamilia Ribeiro, filósofa e feminista; Margarida Barreto, médica ginecologista; Regina de Paula Tomaz, Pastoral Afro; Neon Cunha, ativista e mulher transgênera; Eliana de Lima, cantora; Eva Benedita de Andrade, mãe do Dinho, jornalista que foi assassinado lá em Sorocaba, de forma covarde; Maura Augusta, presidente da Fapesp; mãe Oyassy, religião de matriz africana; Ana Martins, ex-deputada desta Casa e assistente social; Bia

Feira, cantora e compositora; e Beth Beli, fundadora do Bloco Ilú Obá de Min.

Quero aproveitar para agradecer à minha assessoria, em nome da Rosina Conceição de Jesus e em nome do conselho feminino do nosso mandato, pela escolha dessas mulheres. Afinal de contas, foram contadas, nesta tribuna, histórias de vida muito importantes, muito relevantes. São pessoas em que a gente se espelha, pessoas que nos são referência.

Fico feliz de ter tido a oportunidade, na minha vida de cidadã, através do PCdoB, Partido Comunista do Brasil, de ter chegado a esta Casa, ter tido a chance de poder mostrar ao povo do estado de São Paulo que existem muitas mulheres que fazem trabalhos com a maior dignidade, com muita dedicação, com muita transparência. São pessoas que não têm nenhum ponto de negatividade, nenhuma coisa ruim na sua história.

Quero, mais uma vez, dizer que nós estamos ansiosas para que chegue sexta-feira. Afinal de contas, dia 15 vai ser o dia da posse. A Casa, como todos sabem, vai ficar bem diferente. Chegarão aí novos deputados e novas deputadas. Parece-me que a bancada feminina vai dobrar, não é?

O que a gente espera é que, independente de siglas partidárias, independente de escolhas e projetos, tenhamos, nesta Casa, uma coisa chamada diálogo. Que haja compreensão, que haja respeito mútuo, que todas as pessoas que vão ocupar estas cadeiras entendam que aqui é uma Casa Legislativa, uma Casa que tem regras e ordem.

O que se espera é que isso continue, afinal de contas, todos nós fomos eleitos pelo voto popular, todos nós fomos eleitos de forma muito correta. Eu, enquanto cidadã brasileira e uma mulher que, embora não tenha curso superior, teve condições de receber do povo de São Paulo confiança e respeito.

Que esse respeito permaneça, porque não dá para a gente ficar com aquela ansiedade de que vai acontecer o problema, que vai ter isso e ter aquilo. Eu não acredito nisso. Eu acredito que todas as pessoas que vão entrar aqui, os 93 deputadas e deputados vão saber que pertencem à maior Assembleia Legislativa da América Latina.

Digo mais: vou continuar com o mesmo comportamento político e comportamento de pessoa, porque a minha mãe, uma pessoa muito humilde, muito simples, me deu uma coisa chamada educação. Eu digo sempre as seis palavras: bom dia, boa tarde, boa noite, com licença, por favor e muito obrigada. É dessa forma que eu vou me conduzir nesta Casa. Espero ser tratada do mesmo jeito. Não dá para a gente já começar a ficar com medo, com receio de que vai acontecer isso e aquilo. Eu não acredito nisso. Eu tenho muita fé nas pessoas, no bom senso das pessoas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Obrigado, deputada Leci Brandão. Cumprimento-a-pelas palavras.

Quero passar a palavra ao deputado Carlos Giannazi, mas não sem antes solicitar que cópia do meu discurso, que fiz há pouco, seja remetida ao ministro Paulo Guedes. Tem a palavra o deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, de volta a esta tribuna, hoje, eu gostaria de comentar e, ao mesmo tempo, manifestar a minha indignação e perplexidade com essa matéria publicada hoje na "Folha de S. Paulo", na capa da "Folha de S. Paulo": "Em SP, merenda volta a priorizar industrializados". Essa é a matéria de hoje, deputada Leci Brandão, na "Folha de S. Paulo".

Isso é um absurdo, isso é um retrocesso para a rede estadual de ensino. O governador Doria, que até ontem era o prefeito de São Paulo, tentou implantar na prefeitura a farinata, a razão humana, tamanho o desprezo que ele tem pela merenda escolar. Todos se lembram do escândalo da farinata. A indignação da sociedade foi tão grande que ele foi obrigado a recuar. Imaginem os senhores e as senhoras que o ex-prefeito Doria, que abandonou, inclusive, a cidade de São Paulo para ser candidato ao Governo do Estado, tentou implantar a farinata. Ele reduziu a merenda escolar da rede municipal e tentou introduzir a razão humana.

Agora, como governador do estado, o Bolsodorista tenta precarizar a já precarizada merenda escolar da rede estadual, introduzindo produtos industrializados, enlatados, com sódio, com química, que vão afetar drasticamente a saúde dos nossos quase quatro milhões de alunos, quando, na verdade, nós estamos com programas já em andamento, pelo menos em nível de plano piloto, de alimentação saudável na rede estadual. Ele cancela esses programas e introduz novamente o atraso na alimentação, que vai prejudicar a saúde das nossas crianças, indo completamente contra, inclusive, as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira, que é uma orientação do Ministério da Saúde. Aqui é o retrocesso. Só falta, deputado Bruno Caetano, o Bolsodorista introduzir a farinata estadual também. Só falta isso acontecer no estado de São Paulo.

Logicamente, nós não vamos permitir que isso aconteça. Nós vamos nos mobilizar. Já estou pedindo hoje mesmo a convocação do secretário estadual da Educação. Ele vai ter que depor aqui na Comissão de Educação, explicar essa aberração que é o retrocesso para a merenda escolar do estado de São Paulo, que já é altamente precarizada.

A situação vai ficar muito pior. É um retrocesso. Nós vamos retroceder 15, 20 anos com essa introdução de alimentação enlatada, industrializada, com sódio e com química, muita química, para os nossos alunos. Isso mostra o desprezo do governo Doria com a escola pública, com os alunos, que, muitas vezes, têm na merenda escolar a única alimentação do dia. Não tem nenhuma preocupação com isso, tanto é que ele tentou, repito, na prefeitura de São Paulo, introduzir na rede municipal de ensino a farinata, a razão humana. Aqui ele não vai fazer isso, e vai ter que voltar atrás em relação a esse procedimento, porque, além da convocação do secretário de Educação, eu também estou acionando o Ministério Público Estadual.

O Ministério Público tem que fazer uma intervenção nisso, não é possível, Tribunal de Contas do estado de São Paulo. Hoje nós caminhamos para a alimentação na merenda escolar, produtos orgânicos e produtos integrais. Isso é uma tendência de alimentação, não só na merenda escolar, mas em toda a sociedade, porque nós somos aquilo que nós comemos.

Então, se você se alimenta mal, você adoce. Então, a alimentação é muito importante para a manutenção da nossa saúde física e psíquica, mas aqui o governo estadual, Bolsodorista, vai na contramão dessa lógica, afrontando, inclusive, a orientação alimentar desse guia alimentar para a alimentação brasileira, que é um guia que muitas redes de ensino seguem.

Aqui ele vai na contramão, e para beneficiar, talvez, os seus amigos, empresários da indústria de alimentos, vai colocar os enlatados, a comida industrializada na rede estadual. Então, nós vamos reagir, Sr. Presidente, a Comissão de Educação, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual, as providências serão tomadas imediatamente contra esse ataque aos alunos da rede estadual.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, antes do levantamento, eu gostaria de fazer mais uma rápida intervenção. Sr. Presidente, saindo desse assunto aqui do Bolsodorista, da alimentação industrializada, eu gostaria também manifestar a minha preocupação, e também indignação com a entrevista de ontem do Ministro da Fazenda, o Paulo Guedes, o economista neoliberal, que defende o neoliberalismo selvagem, do governo Bolsonaro.

Ele disse ontem que, além da reforma da Previdência, que vai destruir, que vai acabar com a aposentadoria do Brasil, que ele pretende aprovar no Congresso Nacional, a famosa PEC 6, além desse ataque à aposentadoria, para transferir o dinheiro do Fundo Previdenciário para os rentistas e especuladores da dívida pública, para o pagamento de juros da dívida, e para

enriquecer e beneficiar os bancos e as empresas privadas de Previdência...

Porque no projeto do Guedes, do Bolsonaro tem a capitalização como elemento importante, que enriquece esses setores. Ou seja, no projeto dele, só as pessoas com algum poder aquisitivo, só os ricos poderão, talvez, ter acesso à aposentadoria nesse sistema de capitalização, que é um sistema contra os pobres, contra os trabalhadores.

Mas além dessa maldade sem precedentes, tem uma outra sendo gestada, que ele anunciou. Ele está preparando uma outra PEC, junto com o Senado Federal, que ele pretende debater e apresentar pelo Senado Federal, que é uma PEC que acaba com a vinculação orçamentária, que acaba com as despesas obrigatórias.

É o desmonte total da Constituição Federal, é o desmonte total do estado de bem-estar social, do raquitico estado de bem-estar social que nós conquistamos na Carta Magna de 88. Ou seja, para quem não sabe o que é isso, a nossa Constituição Federal determina, obriga a União a investir, no mínimo, 18% do Orçamento em Educação Pública, e 25% para estados e municípios.

No entanto, essa proposta da PEC que acaba com as despesas obrigatórias, com a vinculação orçamentária, representa um verdadeiro atentado, porque ela desobriga o Poder Público, desobriga municípios, desobriga estados e a União a investir o mínimo percentual em Educação Pública, o mesmo com a Saúde Pública e outras áreas sociais.

Ou seja, se a Educação Pública já vive altamente degradada e sucateada, e sem investimento, imaginem V. Exas. sem vinculação obrigatória do Orçamento. É um retrocesso jamais visto, é o desmonte da escola pública, do SUS, do Sistema Único de Saúde, da Previdência. Estamos sofrendo um verdadeiro ataque ao estado de bem-estar social, do governo Bolsonaro e do Paulo Guedes, que representam uma linha econômica e de governo extremamente neoliberal, de estado mínimo selvagem, contra o povo brasileiro.

É o fim do pacto federativo. É o fim da vinculação orçamentária e das despesas obrigatórias. Vamos ter um massacre social no Brasil se essas duas propostas forem aprovadas: tanto a reforma da Previdência quanto a PEC que acaba com a vinculação orçamentária e com as despesas obrigatórias. Temos que estar atentos.

O povo brasileiro não pode aceitar isso. Tem que ir às ruas e denunciar deputados, senadores e partidos políticos que aprovarem e defenderem essas propostas. É um verdadeiro absurdo. O governo federal tentará aprovar é uma coisa. Mas, aprovar no Congresso Nacional?!

Temos que responsabilizar os deputados e partidos políticos. E pressioná-los para que eles não cometam esse crime contra o povo brasileiro. Que já vive na miséria, na pobreza, no desemprego e no abandono social. Se essas duas propostas forem aprovadas, vai ser a destruição total do pouco que ainda resta de Seguridade Social e de estado de bem-estar social no nosso País.

Para concluir, eu gostaria de aproveitar os últimos segundos que me restam para dizer que estou chocado com a Diretoria de Ensino de Taubaté. Na semana passada, entrei em contato com essa diretoria e não recebi nenhuma resposta. Porque os professores da Escola Estadual Ministro José de Moura Rezende, que fica em Caçapava, mas pertence à Diretoria de Ensino de Taubaté, não receberam os seus salários.

Dezenas de professores, ou não receberam os salários, ou receberam pela metade, ou menos da metade, um terço. Os professores estão em pânico porque precisam pagar as contas. E não conseguem nem ter informação da diretoria de ensino. Entrei em contato com a diretoria de ensino, duas ou três vezes, e nenhuma resposta. Nenhum retorno do dirigente de ensino, Sr. Presidente.

Nenhuma satisfação foi dada para a escola. Os professores continuam sem informação e sem receber os seus salários. Isso é um descalço total. Primeiro, da diretoria de ensino, que não toma providências, não entra em contato com as escolas e não dá informação para a Assembleia Legislativa.

Vou acionar e pedir a convocação desse dirigente, que nem conheço, aqui na Comissão de Educação. Ele vai ter que explicar aqui. Vamos convocá-lo. Porque não explica para os professores e para a Direção da escola. Não se responsabiliza por nada. Nem com a Assembleia Legislativa. Se ele trata a Assembleia Legislativa dessa maneira, fico imaginando como ele trata as escolas, os supervisores, os diretores e os professores da região.

Faço essa denúncia, Sr. Presidente: os professores da Escola Estadual Ministro José de Moura Rezende estão sem receber salários. É grave, isso é criminoso. E a diretoria de ensino não toma nenhuma providência nem dá informações, nem para os professores, nem para a Assembleia Legislativa.

Eu gostaria que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas para a Diretoria de Ensino de Taubaté e para o secretário estadual de Educação. E que providências sejam tomadas, imediatamente, em relação a essa grave denúncia que estou fazendo na tribuna da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Agradeço ao deputado Giannazi. Em relação ao seu pedido, ele é regimental. Após a análise, as cópias serão remetidas às autoridades mencionadas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de quinta-feira.

Está levantada a sessão.
* * *
- Levanta-se a sessão às 15 horas e 19 minutos.
* * *

12 DE MARÇO DE 2019 24ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: CORONEL TELHADA, LECI BRANDÃO, GILENO GOMES, CHICO SARDELLI, BRUNO CAETANO e DAVI ZAIA
Secretaria: CARLOS GIANNAZI

RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LECI BRANDÃO

Lamenta o falecimento de 12 pessoas vítimas por enchentes, na região do ABC. Propõe a criação de comissão parlamentar para averiguar medidas governamentais em benefício de famílias vítimas pelas chuvas. Lembra que recursos orçamentários destinados ao combate de enchentes foram aprovados nesta Casa. Defende a criação de frente parlamentar para prevenção a deslizamentos em áreas de risco. Comenta a prisão de suspeitos da morte de Marielle Franco.

3 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Saúda cidades paulistas que aniversariam nesta data. Exibe fotos e notícia os falecimentos de policiais militares, no Maranhão e no Rio de Janeiro. Exibe e crítica texto de rede social de Roberto Santos Leite, que indica, erroneamente, policiais cadeirantes como os acusados pelo assassinato de Marielle Franco. Cumprimenta a Apmdfesp - Associação dos Policiais Militares Deficientes Físicos do Estado de São Paulo. Notícia estatísticas e elogia a Operação Carnaval. Clama ao Governo do Estado que

reajuste a remuneração de servidores públicos. Lembra que há 24 anos fora baleado em ocorrência policial.

5 - CARLOS GIANNAZI

Saúda pleiteantes da aprovação do PLC 32, presentes nas galerias. Defende a carteira previdenciária do Ipesp, em benefício de advogados e de cartorários. Comenta o art. 4º do Decreto 64.073. Defende a criação de uma frente parlamentar de acompanhamento de dívida estadual com advogados e cartorários, a título de devolução de cobrança indevida. Clama ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que promova a nomeação de aprovados em concurso público, para o cargo de escreventes técnicos.

6 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Manifesta preocupação com a ocorrência frequente de fake news. Informa que estivera ontem no Rio de Janeiro, com membros do PDT. Crítica fala de Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, sobre a reforma da Previdência. Menciona breve relato de sua atividade profissional. Crítica o governo federal, por a seu ver beneficiar banqueiros, em detrimento da população. Informa que há 4.782 obras paralisadas no País. Afirma-se arrependido por ter votado em Jair Bolsonaro.

7 - CELINO CARDOSO

Faz reflexão acerca de sua atividade como parlamentar nesta Casa, desde 1994. Manifesta-se agradecido e honrado por ter exercido seis mandatos. Assevera que decidira não mais se candidatar a cargo eletivo. Elogia a retidão de seus pares. Faz agradecimentos gerais.

8 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Parabeniza o deputado Celino Cardoso pelo discurso de gratidão.

9 - ORLANDO BOLÇONE

Manifesta solidariedade a cidades acometidas por chuvas e suas consequências. Reflete acerca da Campanha da Fraternidade de 2019, a chamar a atenção para políticas públicas. Comenta fala do Papa Francisco sobre a adequada participação dos cidadãos na sociedade e na política. Cumprimenta autoridades eclesásticas de São José do Rio Preto.

10 - JULIO CESAR

Menciona que fora submetido à cirurgia de urgência, na última quinta-feira. Informa, especialmente à região central do Estado, que encontra-se bem e em recuperação. Crítica falas repetidas, de chefes de executivo. Defende a gestão continuada e a responsabilização de governantes. Crítica investimentos aquém da disposição orçamentária aprovada. Valoriza a empatia e a priorização de políticas públicas preventivas.

GRANDE EXPEDIENTE

11 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para comunicação, exibe fotos e discorre sobre os alagamentos ocorridos nos últimos dias na Grande São Paulo. Combate a falta de saneamento básico. Ressalta que os políticos não investem nesta área pois não traz votos, já que não pode ser visto.

12 - MÁRCIA LULA LIA

Pelo art. 82, faz coro ao pronunciamento do deputado Luiz Carlos Gondim. Lembra que ontem as pessoas na Grande São Paulo viveram momentos de caos. Culpa o Governo pela falta de cuidado com o saneamento básico. Preocupa-se com a extinção do Consea. Cita ação, do Ministério Público, solicitando a derrubada da medida provisória que extinguiu o órgão. Informa que o conselho tinha participação de membros da sociedade civil, o que garantia a discussão da política com a sociedade. Ressalta que o governador João Doria está introduzindo a comida industrializada na alimentação escolar. Pede ao secretário da Educação e ao atual governador uma maior atenção na alimentação das crianças.

13 - RAUL MARCELO

Pelo art. 82, lembra sua emoção ao assistir ao desfile da Mangueira, na qual a deputada Leci Brandão foi homenageada. Informa que foram presos hoje os dois acusados pelo assassinato da vereadora Marielle, dois milicianos e ex-policiais. Cita lei, de sua autoria e vetada pelo governador João Doria, para que todo o policial militar vítima de violência, tenha atendimento psicológico. Questiona quem foi o mandante do crime de Marielle. Destaca que continuará lutando pelo esclarecimento deste crime hediondo. Encerra seu pronunciamento com uma frase de Darcy Ribeiro.

14 - LUIZ CARLOS GONDIM

Comenta requerimento que fez à CNBB, parabenizando a entidade pela adoção do tema de solicitação de políticas públicas em sua campanha da fraternidade. Cita temas discutidos em campanhas anteriores. Apoiou o pronunciamento da deputada Márcia Lia sobre a alimentação escolar das crianças. Questiona a falta de investimento na Educação. Exibe foto de enchente, resultado das últimas chuvas. Discorre sobre a poluição do Rio Tietê. Demonstra sua preocupação com a falta de investimento na medicina preventiva. Exemplifica com consultas de pré-natal e o combate à dengue. Esclarece que é muito melhor fazer a prevenção do que tratar pessoas doentes.

15 - LUIZ CARLOS GONDIM

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Defero o pedido e suspende a sessão às 16h04min.

17 - GILENO GOMES

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h29min.

18 - SEBASTIÃO SANTOS

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 17 horas e 15 minutos, por acordo de lideranças.

19 - PRESIDENTE GILENO GOMES

Defero o pedido e suspende a sessão às 16h29min.

20 - CHICO SARDELLI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h18min.

21 - MÁRCIO CAMARGO

Solicita a suspensão dos trabalhos por dez minutos, por acordo de lideranças.

22 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Defero o pedido e suspende a sessão às 17h18min.

23 - BRUNO CAETANO

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h33min.

24 - GILMACI SANTOS

Solicita a suspensão dos trabalhos por 15 minutos, por acordo de lideranças.

25 - PRESIDENTE BRUNO CAETANO

Defero o pedido e suspende a sessão às 17h33min.

26 - DAVI ZAIA

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h47min.

Convoca uma reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se às 17 horas e 50 minutos.

27 - GILMAR GIMENES

Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos, por acordo de lideranças.

28 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Defero o pedido e suspende a sessão às 17h48min, reabrindo-a às 18h04min. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início às 19 horas.

29 - BETH LULA SAHÃO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

30 - PRESIDENTE DAVI ZAIA

Defero o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, prevista para as 19 horas de hoje. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *